

NOTAS

Notas para a História da Reforma Administrativa no Brasil

1.^a PARTE

Panorama geral anterior a 1930

Capítulo XX

UM GOVÊRNO PACÍFICO EM TEMPO DE GUERRA

Seria de supor, dada a inquietação generalizada que ia pelo país, que a sucessão do Marechal Hermes no governo da República se processasse com lances dramáticos, em atmosfera desfavorável para quem lhe herdasse o acervo.

Isso, entretanto, não sucedeu.

Pinheiro Machado, árbitro da política nacional, parecia, dessa vez, disposto a fazer-se eleger para a suprema magistratura da Nação. Rodrigues Alves, que, em 1905, não conseguira o prevailecimento da candidatura de Bernardino de Campos à sua sucessão, guardara ressentimento do caudilho gaúcho que, então, com o apoio de Minas Gerais, impusera o nome respeitável de Afonso Pena. Esse ressentimento se estendera aos políticos paulistas, dos quais, na ocasião em que se procurava um sucessor para o Marechal, Rodrigues Alves era o chefe, já que ocupava a Presidência de seu Estado. Aproveitando a lição recebida em 1905 do próprio Pinheiro, o velho estadista de São Paulo foi buscar em Minas a mesma fôrça que o derrotara e que lhe proporcionaria, então, a vitória. Institui-se, nessa ocasião a "aliança" ou "convênio" São Paulo-Minas para a ocupação simultânea da Presidência da República, convênio que iria perdurar até 1929, quando o Presidente Washington Luis o rompeu.

Para que se estabelecesse sòlidamente a aliança entre os dois mais populosos Estados do Brasil era mister que a sucessão do Marechal Hermes coubesse a Minas, até então representada apenas uma vez na Presidência. Dentro dessa ordem de idéias, não foi difícil a Rodrigues Alves, Presidente de São Paulo, e a Bueno Brandão, Presidente de Minas, encontrar um candidato mineiro em condições de enfrentar com sucesso a esboçada pretensão de Pinheiro Machado. O nome do Dr. Wenceslau

Braz, Vice-Presidente da República no quadriênio a findar, estava naturalmente indicado.

"Assim apareceu — para substituir o Marechal — o segundo Presidente mineiro da República. Civil, após uma quadra de vivas atividades militares; pacifista, numa época de dificuldades críticas; sereno e sensato, em tempo de atitudes dramáticas; diferente de todos os anteriores, pela moderação modesta e pela tranqüilidade natural de suas idéias de governo..." (1).

Pinheiro Machado não ofereceu luta. Contra-marchou hábilmente a fim de manter a sua ascendência sôbre o Catête. Seu contendor, Rui Barbosa, que levantara contra o Partido Conservador do Vice-Presidente do Senado a bandeira do Partido Liberal, também se retirou da liça por falta de apoios reais.

Foi, pois, em atmosfera das mais otimistas, eleito praticamente sem competidores, que o Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes assumiu a Presidência da República a 15 de novembro de 1914. Seu companheiro de chapa como Vice-Presidente, foi o Dr. Urbano Santos da Costa Araújo, o qual, para não fugir à regra, até então sem exceções, ocupou a Presidência da República interinamente, em setembro de 1917, enquanto o Dr. Wenceslau Braz fez uma estação de águas em Caxambu.

O ministério escolhido a 15 de novembro de 1914 foi o seguinte:

Justiça e Negócios Interiores — Bacharel Carlos Maximiliano Pereira dos Santos;

Relações Exteriores — Lauro Müller, que já ocupava a pasta desde o falecimento do Barão do Rio Branco;

Fazenda — Bacharel Sabino Alves Barroso Júnior;

Viação e Obras Públicas — Dr. Augusto Tavares de Lira;

(1) PEDRO CALMON — *História Social do Brasil*, 3.^o Tomo, Cia. Editôra Nacional, 1939, pág. 283.

Agricultura, Comércio e Indústria — Engenheiro João Pandiá Cológeras;

Guerra — General de Divisão José Caetano de Faria;

Marinha — Almirante Alexandrino de Alencar, conservado do governo anterior.

Dêsses sete titulares, ilustres sob todos os aspectos, apenas quatro se conservariam nas respectivas pastas até o fim do quadriênio — o Dr. Carlos Maximiliano, o Dr. Tavares de Lira, o General Caetano de Faria e o Almirante Alexandrino de Alencar.

A primeira substituição verificada foi a do emérito financista Sabino Barroso, na pasta da Fazenda, a qual, de 31 de maio a 8 de julho de 1913, passou a ser gerida interinamente, em caráter cumulativo pelo titular da Agricultura, o insigne Pandiá Calógeras. Na segunda das datas citadas, foi efetivado na Fazenda êsse eminente brasileiro, a quem, como a alguns estadistas do Império, sobrava capacidade para gerir tôdas as pastas do governo. Substituiu-o, na Agricultura, o Bacharel José Rufino Bezerra Cavalcanti.

A nomeação de José Bezerra para ministro de Estado representa um colapso no prestígio de Pinheiro Machado e é um índice seguro da independência e da vontade firme do Presidente Wenceslau, contrastando com o seu feitio discreto e cordato.

Procurando vingar-se de Dantas Barreto, que como Governador de Pernambuco lhe vetara a candidatura à Presidência da República, Pinheiro Machado impusera ao Senado Federal a depuração de José Bezerra, eleito senador por aquêlê Estado, fazendo reconhecer Rosa e Silva, candidato da oposição estadual. O Presidente Wenceslau, num ato de duplo aspecto, resolveu, entretanto, desagravar o político sacrificado, oferecendo-lhe um lugar no governo.

Conta-se que Pinheiro, recebendo a notícia da escolha do novo ministro, assim se teria expressado, com um sorriso:

“— Pois está muito bem: o Senado usou de sua prerrogativa escolhendo Rosa e Silva, e o Presidente da República usou da sua, nomeando José Bezerra seu Ministro da Agricultura. E' o jôgo regular dos poderes constitucionais!” (2).

(2) SERTÓRIO DE CASTRO — *A República que a revolução destruiu*, Rio, 1932, pág. 348.

O “jôgo regular dos poderes constitucionais” estava sempre a exigir transformações e mudanças no governo. Calógeras, por exemplo, não se mantém na pasta da Fazenda até o término do quadriênio. Substitui-o, a 6 de setembro de 1917, outro eminente brasileiro, que tanto lustre ainda trouxe a um nome já várias vezes glorioso na história de nossa pátria— o Dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada.

Antes dessa substituição, opera-se a de Lauro Müller no Ministério das Relações Exteriores. O ilustre catarinense, que tão assinalados serviços prestara ao país, como Ministro da Viação de Rodrigues Alves e como continuador da política internacional de Rio Branco, viu-se compelido a abandonar o Governo em virtude da origem alemã de sua família. Sua exoneração data de 3 de maio de 1917. Sucedeu-lhe, a 7 de maio, Nilo Peçanha em cuja gestão o Brasil entrou na primeira Grande Guerra européia ao lado dos Estados Unidos, da França e da Inglaterra.

Houve, ainda, uma interinidade na pasta das Relações Exteriores durante uma viagem de Lauro Müller ao Prata e à América do Norte — a do Sub-Secretário de Estado Luiz Matins de Sousa Dantas.

A pasta das Relações Exteriores, nos dias sombrios de 1914 a 1918, tinha uma importância excepcional. E' possível que o sangue e a razão se conciliassem em Lauro Müller para manter o Brasil em rigorosa neutralidade ante a fogueira que lavrava entre as nações ditas civilizadas do Velho Mundo. A entrada dos Estados Unidos no conflito e a mudança do nosso chanceler precipitaram a nossa adesão à causa dos “aliados”. Na realidade, deveríamos dizer adesão oficial, já que o país inteiro, desde o início da guerra, se colocara ao lado da França, insuflado pela quase totalidade da imprensa e por vezes do porte da de Rui Barbosa. Êste, nomeado Embaixador do Brasil às festas do Centenário da Independência da Argentina, em 1916, profere, a 14 de julho daquele ano, na Faculdade de Direito de Buenos Aires, a sua memorável conferência sôbre “o dever dos neutros” que é um veementíssimo apêlo à intervenção americana no conflito mundial. Essa conferência foi apontada no Congresso de Washington como a iniciativa continental da luta pela civilização, e, transmitida telegráficamente, na íntegra, para a França.

redundou em que os jornaleiros de Paris apre-
goassem pelos "boulevards":

— *L'entrée de l'Amérique dans la guerre!* (3)

Na realidade, a mensagem do Presidente Wilson ao Congresso Americano, solicitando a declaração de guerra aos Impérios Centrais, só seria enviada a 2 de abril do ano seguinte. No tocante a nós, o Presidente Wenceslau Braz só se dirigiu ao Congresso Nacional para solicitar o reconhecimento do "estado de guerra que nos é impôsto pela Alemanha" (4), a 25 de outubro de 1917, sendo no dia seguinte assinada a Lei n.º 3.361, que "reconhece e proclama o estado de guerra iniciado pelo Império Alemão contra o Brasil".

Antes do nosso rompimento com a Alemanha e mesmo depois disso, forçoso é reconhecer-se que a guerra de 1914-1918

"provocou as mais salutares reações no Brasil: desenvolveu excepcionalmente as nossas indústrias e despertou o espírito cívico, apercebendo-o para a defesa nacional.

Os efeitos econômicos da guerra mundial foram espantosos. Imediatamente todos os nossos produtos se valorizaram, as exportações avultaram, quase tôdas as indústrias estrangeiras se reproduziram, sobretudo em São Paulo, de maneira a dispensarmos progressivamente, a importação, aumentando, em grandes proporções, a riqueza local" (5).

"Quando as nações de economia colonial se viram na contingência de improvisar uma aparelhagem que as suprisse dos artefatos súbitamente retidos nos portos (bloqueio de uma banda, campanha submarina de outra, recaindo os pesados prêmios de seguros sobre o prego, já inacessível, das utilidades que podiam escapar-lhes), contava o Brasil com um esperançoso arcabouço de indústrias básicas. Fabricava os próprios panos, as suas lãs e mesmo algum supérfluo exportável. A carestia geral movimentou iniciativas valentes: Os Estados do sul triplicaram a sua importância econômica" (6).

"A guerra européia, que desfigurou o mapa político do universo, não chegou deveras a estas plagas em forma duma calamidade.

Repercutiu como uma convocação dramática de energias produtivas.

O seu aspecto tropical foi essencialmente econômico" (7).

A 8 de setembro de 1915, um magnicídio veio mudar os rumos da política nacional. Na tarde desse dia, o General Pinheiro Machado tombou, no saguão do Hotel dos Estrangeiros, nesta Capital, apunhalado pelas costas por Manso de Paiva, indivíduo sem expressão política ou social, aparentemente atacado das faculdades mentais. O crime ficou sem explicação justificável, se bem que muito se murmurasse sobre a sua autoria intelectual. O fato é que com a perpetração desse atentado, desapareceu do cenário nacional a figura do "condes-tável", que, por quase três lustros, manejava ostensivamente os nossos homens — espécie de Júpiter tonante a desfechar golpes e distribuir graças do alto do Morro da Graça.

Aparentemente, o desaparecimento dessa figura central da nossa política não afetou a orientação do Presidente Wenceslau Braz. Sua independência já se manifestara no caso da nomeação de José Bezerra para a Agricultura. Empenhou-se o Presidente, depois da morte de Pinheiro Machado, em dirigir, de fato e de direito, os destinos nacionais.

A época era de apreensões. Tôda a prudência e tôda a moderação se tornavam indispensáveis e, manda a verdade reconhecer-se que, em tal hora, ninguém, sob esse aspecto, estava em condições de levar as lampas ao Presidente Wenceslau Braz.

"Parcimônia nos gastos", aconselhava êle aos brasileiros, assegurando, aliás, com a sua morigeracão pessoal, a sinceridade da recomendação.

Ao mesmo tempo que se preocupava com a remodelação do Exército e com a conscrição militar (1915), recomendava ao Congresso a conclusão do exame do projeto do Código Civil, que havia anos se arrastava nas duas casas do Parlamento. Coube-lhe, assim, a glória de assinar, a 1 de janeiro de 1916, a Lei n.º 3.071, denominada "Código Civil dos Estados Unidos do Brasil", monumento de saber jurídico que fôra elaborado pela eminente juriconsulto Clóvis Beviláqua.

O traço característico do quadriênio Wenceslau Braz, decorrido todo, com exceção de quatro dias em tempo de guerra, foi o surto do militarismo.

(3) Ver FERNANDO NERY, *Rui Barbosa*, Rio, 1930, Pág. 152.

(4) Ver OTO PRAZERES, *O Brasil na Guerra*, Rio, 1918, pág. 26.

(5) PEDRO CALMON — *História da Civilização Brasileira*, 4.ª Edição aumentada, Cia. Editôra Nacional, 1940, Pág. 355.

(6) PEDRO CALMON, *História Social do Brasil*, cit., Pág. 294.

(7) *Id. ib.*, pág. 293.

Se, sob um governo militar, como o do Marechal Hermes, o Brasil assistiu a uma verdadeira epopéia de civilismo, sob o governo civil de Wenceslau Braz, presenciemos empolgante pregação militarista, partida — o que é mais de ressaltar — de elementos civis.

Miguel Calmon, Olavo Bilac e Coelho Neto fundaram, no Rio de Janeiro, a Liga de Defesa Nacional, que encontra, desde logo, os mais calorosos aplausos de tôdas as classes.

“O papel benéfico da Liga no aprestamento do Brasil para a resistência a um inimigo ainda oculto, mas possível, numa época de insegurança exterior e agressões súbitas, de mares sem garantias e fronteiras sem privilégios, de tratados sem validez e postulados jurídicos enfeitados — só pode ser calculado pela atmosfera emocional que produziu” (8).

Sob a propulsão da palavra candente e do entusiasmo de Olavo Bilac, repontam, em todos os recantos do país, os “tiros de guerra”, aos quais acorria a mocidade das escolas, do comércio e das indústrias.

A parada militar de 7 de setembro de 1917 constituiu um triunfo memorável dos propugnadores da campanha.

“Afluiram ao Rio “atiradores” de tôdas as províncias. Representantes de todos os “tiros” estaduais

(8) OLAVO BILAC — *Últimas Conferências e Discursos*, 1924, pág. 84.

marcharam em continência ao Presidente da República. Formara-se, de fato, eficiente e novo, um exército, em cujo entusiasmo pulsava um profundo sentimento de Pátria” (9).

Esse sentimento fôra elevado ao mais alto grau pela ação empolgante de Olavo Bilac, cujo retrato se encontra, por isso mesmo, entronizado nos quartéis e estabelecimentos militares.

E' dessa fase de propaganda o soneto que abaixo transcrevemos, encerrando êste capítulo (10):

PÁTRIA

*Pátria, latejo em ti, no teu lenho, por onde
Circulo! e sou perfume, e sombra, e sol e orvalho!
E, em seiva, ao teu clamor a minha voz responde,
E subo do teu cerne ao céu de galho em galho!*

*Dos teus líquens, dos teus cipós, da tua fronde,
Do ninho que gorjeia em teu doce agasalho,
Do fruto a amadurar que em teu seio se esconde,
De ti, — rebento em luz e em cânticos me espalho!*

*Vivo, choro em teu pranto; e, em teus dias felizes,
No alto, como uma flor, em ti pompeio e exulto!
E eu morto, — sendo tu cheia de cicatrizes,*

*Tu golpeada e insultada, — eu tremerei sepulto:
E os meus ossos no chão, como as tuas raízes,
Se estorcerão de dor, sofrendo o golpe e o insulto!*

(9) PEDRO CALMON — *História Social do Brasil*, cit., pág. 292.

(10) OLAVO BILAC, *Tarde*.

As obras da Cidade Universitária

As grandes medidas preliminares, indispensáveis ao início das obras de construção dos edifícios da futura Cidade Universitária, já estão tôdas em pleno desenvolvimento.

Contratado, no dia 18 de junho do corrente ano, com os Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul, o levantamento aerofotogramétrico das ilhas que deverão integrar a área destinada àquele conjunto universitário, estão as plantas, na escala de 1:1.000 com as respectivas curvas de nível de metro em metro, em vias de conclusão. Dêsse trabalho dependem os posteriores planejamentos urbanísticos e arquitetônicos.

Do mesmo modo, em cooperação com o Ministério da Aeronáutica, prossegue tanto a construção da grande ponte — que, ligando o continen-

te à ilha do Governador, também virá servir à Cidade Universitária, constituindo a primeira das suas três futuras vias de acesso — como ainda o expediente relativo à desapropriação da área alodial da ilha do Fundão.

Presentemente, por intermédio do Diretório Central de Estudantes da Universidade do Brasil, procede-se a um amplo inquérito abrangendo as condições morais, intelectuais, econômicas e sanitárias da população estudantil, avaliada em cerca de 6.240.

Mais um passo de vulto acaba de ser dado com a assinatura de um contrato com a Cia. Nacional de Construções Civas e Hidráulicas, da Organização Henrique Lage, ora incorporada ao Patrimô-